



ACÓRDÃO Nº1158/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 15982/2021.**
- 2- **Assunto:** Consulta.
- 3- **Objeto:** Consulta interposta pelo instituto de previdência de Iranduba acerca da legalidade de concessão de aposentadorias.
- 4- **Partes:** Instituto de Previdência de Iranduba – INPREVI.
- 5- **Advogado:** não possui.
- 6- **Unidade Técnica:** CONSULTEC.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5004/2021-DIMP, Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas.
- 8- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Consulta.

Conhecimento. Resposta. Ciência. Arquivamento.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos art. 5º, inciso XXIII, art. 11, inciso IV, alínea “f”, art. 274, art. 275 e art. 278, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1. Conhecer esta Consulta formulada pelo Presidente do Instituto de Previdência de Iranduba – INPREVI, Sr. **Anderson Cordeiro Mota**, posto que preenchidos seus requisitos de admissibilidade;

9.2. Responder à Consulta, nos seguintes termos:

9.2.1. Não houve a comprovação de que há, nesta Corte, decisões divergentes sobre o tema, requisito necessário para que seja suscitada questão juridicamente relevante, nos termos do art. 295 do Regimento Interno desta Corte;

9.2.2. A gratificação de Regência de Classe, prevista no art. 18 da lei municipal nº 178/2011, além integrar a remuneração dos docentes da municipalidade que exercem suas funções em sala de aula, e de incidir contribuição previdenciária sobre ela, deve ser incluída nos proventos, quando da inativação dos professores, como determina o art. 31 da lei municipal n. 178/2011 de Iranduba.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº1158/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9.3. Dar ciência ao Presidente do Instituto de Previdência de Iranduba – INPREVI, Sr. **Anderson Cordeiro Mota**, enviando-lhe as cópias pertinentes; e

9.4. Arquivar os autos, expirados os prazos legais.

10- Ata: 26ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 19 de Julho de 2022.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Josué Cláudio de Souza Neto e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em substituição.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral